



A Questão Universitária e o Movimento Estudantil no Brasil nos Anos 1960

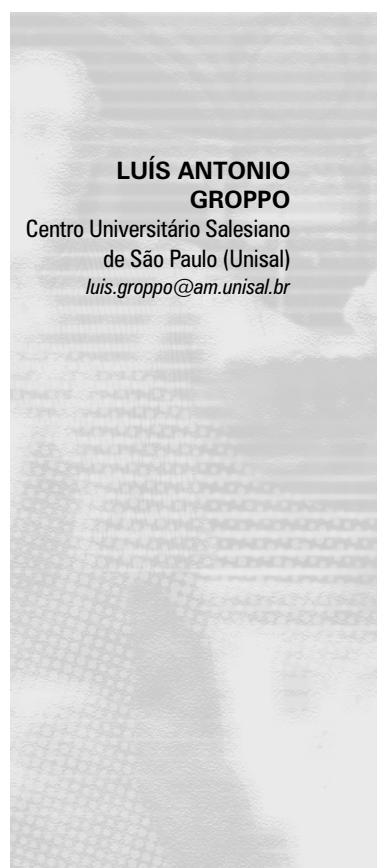
THE UNIVERSITY CASE AND BRAZILIAN STUDENT MOVEMENT IN THE 1960's

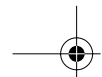
Resumo Pela análise histórica de documentos criados pela imprensa estudantil, bem como de obras sobre os movimentos estudantis – com o objetivo de caracterizar e interpretar as concepções do movimento estudantil brasileiro, em relação ao ensino superior, ao longo dos anos 1960 –, nota-se que dois momentos se destacam: o “populista”, no início dos anos 1960, e o movimento de 1968. No começo da década de 1960, o “populismo estudantil” expressava-se na demanda pela reforma universitária, em que se combinavam desejos de democratização, desenvolvimento e atuação social da universidade, constituindo a principal bandeira e preocupação das entidades estudantis de então. O golpe militar de 1964 representou a derrota desse populismo e dessa demanda. Já em 1968, a questão universitária secundou o tema da *revolução*. Disputas políticas e diferenças ideológicas geraram duas noções diversas sobre o sentido dessa revolta: a luta de massa e a luta específica. De todo modo, porém, as duas linhas não destoaram muito em seus diagnósticos sobre a condição do ensino superior, rejeitando as reformas de caráter tecnocrático, autoritário e mercantilizador propaladas pelo regime militar.

Palavras-chave MOVIMENTO ESTUDANTIL – QUESTÃO UNIVERSITÁRIA – ANOS 1960 – UNIVERSIDADE.

Abstract By a historical analysis of documents made by student press, as well as works about student movements – with the goal to characterize and interpret the conceptions of the Brazilian student movement in relation to higher education teaching during the 1960's –, two moments stand out: the “populist” period, in the beginning of 1960's, and the 1968 movement. In the beginning of the 1960's, “student populism” expressed itself in the demand for university reform, which combined desires of democratization, development and university social activity, constituting the principal flag and concern of the student institutions. The 1964 military coup represented the defeat of this populism and demand. In 1968, the university matter was secondary in relation to the theme of “revolution”. Political disputes and ideological differences generated two different conceptions: the mass struggle and the specific struggle. Anyhow, though, these two lines didn't have many differences in their diagnosis about higher education teaching conditions, rejecting the reforms of technocratic, authoritarian and mercantile character divulged by the military regime.

Keywords STUDENT MOVEMENT – UNIVERSITY CASE – 1960's – UNIVERSITY.





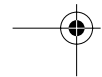
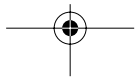
INTRODUÇÃO



ensino superior brasileiro, pelo menos desde a segunda metade dos anos 1990, vem passando por diversas transformações: expansão do número de vagas, crescimento das instituições de caráter privado, crise das instituições públicas etc. Não pretendo aqui arrolar todas elas, dados os objetivos deste artigo, mas vale lembrar que se viram enredadas a diversas polêmicas nos meios políticos e midiáticos, por conta dos projetos de reforma – em geral de cunho neoliberal – criados pelo Estado ou inspirados por agências financeiras supranacionais. Este texto discute justamente um outro momento crucial de transformações, discussões e elaboração de propostas sobre o ensino superior: os anos 1960, em destaque 1968. Mas, diferentemente do debate atual, naquela década revelou-se fundamental a participação dos movimentos estudantis, especialmente da União Nacional dos Estudantes (UNE). O texto justifica-se, assim, ao menos como recurso de comparação histórica, a fim de compreender melhor os desafios e dilemas atuais no tocante às metamorfoses do ensino superior, bem como as reais ou possíveis formas de participação nelas, por parte do Estado, da sociedade e de diversos movimentos sociais.

Em relação a 1968, este estudo se apóia na análise histórica de documentos estudantis então produzidos: basicamente jornais e panfletos criados pela imprensa estudantil, por entidades como a UNE e Uniões Estaduais dos Estudantes (UEES). Quanto aos anos anteriores, toma por base apenas fontes secundárias – em geral, obras sobre os movimentos estudantis na década de 1960. A análise buscou caracterizar e interpretar as concepções do movimento estudantil brasileiro da época relativas às universidades e ao ensino superior, destacando-se dois momentos: o período “populista”, no início da década, antes do golpe de 1964, e a mobilização de 1968, geradora de uma intensa discussão sociopolítica, em que a questão universitária nem sempre foi o principal tema, diferentemente do movimento estudantil no período “populista”.

Em 1968, disputas políticas internas à UNE e diferenças ideológicas produziram dois diferentes entendimentos sobre o papel do movimento estudantil na “revolução” popular defendida pelas esquerdas estudantis: a luta de massa e a luta específica. De todo modo, porém, as duas linhas não destoaram muito em seus diagnósticos sobre a condição do ensino superior. Pode-se destacar a rejeição aos acordos do Ministério da Educação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que repetem algumas das características dos projetos e práticas de “reforma” do ensino superior lançados recentemente: negociações fechadas, cláusulas secretas ou nebulosas, eficácia pedagógica duvidosa das medidas adotadas, subsunção do ensino aos interesses do grande capital privado etc. Desde então, começava a se delinear a pers-





pectiva neoliberal sobre a educação: ela seria um serviço, ou produto, devendo submeter-se aos mecanismos do “mercado” e a sua condução deveria se dar como “administração empresarial”.¹

Mesmo assim, evitando ou não a imposição das propaladas reformas educacionais, o movimento estudantil em 1968 conseguiu, ao menos, tornar público e crítico o debate sobre o caráter delas. Caráter que combinava autoritarismo, tecnocracia e medidas em prol da mercantilização do ensino superior. Tal exemplo pode servir para demonstrar a importância da participação crítica daqueles que são sempre as maiores vítimas dessas reformas: os estudantes.

O ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL NOS ANOS 1960

Os dados gerais sobre os cursos superiores nos anos 1960 informam, ao mesmo tempo, a pequenez relativa da categoria universitária e seu crescimento acelerado na época. Tal crescimento atingiria o auge nas décadas seguintes, demonstrando que a “democratização” da universidade era apenas o início de um processo de multiplicação das vagas e proliferação de cursos superiores. Nesse sentido, a questão universitária poderia ser interpretada como um interstício entre a universidade elitista e os cursos superiores proliferados, mas de caráter mais técnico, em que diversas propostas se fizeram ouvir, sobretudo as dos estudantes, negando o elitismo e exigindo a modernização dos cursos, mas não aceitando necessariamente o tecnicismo estrito, nem a proliferação dos cursos apenas pela ação de instituições particulares.

Em 1968, por sua vez, os universitários eram cerca de 0,5% da população do País, ou seja, somente um em cada 500 brasileiros estava matriculado em curso superior. No que diz respeito à faixa etária de 20 a 24 anos, esse número representava apenas 2% (30 anos depois, seriam 12%). Também os cursos secundários tinham penetrado relativamente pouco na população: dos 90 milhões de brasileiros, apenas 4,5 milhões terminaram o segundo grau. Ao mesmo tempo, desde a

década de 1950 vivia-se um processo de “abertura” da universidade, com destaque aos setores sociais médios. As matrículas cresceram à taxa média de 12,5% ao ano: de 27.253 alunos, em 1945, para 107.299, em 1962. Seriam 180 mil universitários, em 1966, e 278 mil, em 1968. Dois anos depois, esse número saltaria para 425 mil.²

A participação do Estado no ensino superior estava, já nos anos 1960, longe de ser exclusiva e caminhava para deixar de ser predominante. Em 1965, o Estado era responsável por 57% das vagas no ensino superior – porcentagem, na verdade, em queda (era de 61%, em 1963), demonstrando a tendência das décadas seguintes.³ Diante do significado desses dados, pode-se afirmar que um dos limites da atuação dos militantes dos “partidos” estudantis foi a referência quase exclusiva às universidades públicas, seguida da defesa estrita do ensino público e gratuito, pouco contemplando os interesses e as necessidades dos alunos de instituições privadas.

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA ANTES DE 1968

Nos dois referidos momentos do movimento estudantil, a questão universitária esteve fortemente presente, entrelaçando-se, para os militantes das esquerdas estudantis, com a reivindicação pela transformação social ampla, a “revolução”. Porém, ambas adquiriram diferentes teores, em cada uma dessas situações.

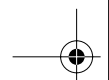
Se, em 1968, a questão universitária secundou o debate sobre a “revolução”, no início dos anos 1960 foi a principal preocupação do movimento estudantil e da UNE – por meio da luta pela reforma universitária. Marialice Foracchi considera o ano de 1960 como uma espécie de ponto de partida para essa luta, mediante, justamente, o contato da UNE com uma proposta já amplamente debatida no resto da América Latina, durante o 1.º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia.⁴

² REIS FILHO, 1999; ALMEIDA & WEIS, 1998; e MARTINS FILHO, 1998, p. 14 e 17.

³ VIOTTI, 1968.

⁴ FORACCHI, s/d.

¹ GENTILI, 2002.



Uma série de novos encontros e seminários, debatendo o tema, se daria nos anos seguintes, organizados pela UNE. Em maio de 1961, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, novamente na Bahia, resultou na Declaração da Bahia, comentada adiante, uma das primeiras versões do que poderia ser chamado de “populismo estudantil”. O II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizou-se em Curitiba, no Paraná, em 1962, e produziu novo documento, a Carta do Paraná, reivindicando representação dos estudantes em um terço dos órgãos colegiados das universidades. Em 1963, um ano antes do golpe militar, o III Seminário Nacional referendou a Carta do Paraná.⁵

Enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na Campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A LDB foi integralmente condenada pela UNE, na Declaração da Bahia. Para fundamentar tal condenação, essa carta tocava em pontos básicos, repetidos pelo movimento estudantil nos anos seguintes, misturando populismo, nacionalismo e a retórica da alienação com uma certa defesa do tecnicismo (dada a influência de ideais desenvolvimentistas). Dizia que a universidade brasileira era privilégio de poucos e falhava: em sua missão cultural, ao ser mera importadora de modelos inadequados à nossa realidade, em seu objetivo profissional, não formando profissionais competentes, e também em sua missão social, “ao formar profissionais individualistas, mantenedores da ideologia do *status quo*”. Afirmava a necessidade de transformar a universidade, juntamente com a reforma da sociedade: “Uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima”.⁶ A universidade era caracterizada como “uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente (...). A Universidade é um

privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a Universidade se situa em seu topo”.⁷

Mas a rejeição pela UNE não impediu que a LDB fosse aprovada. A lei previa que, até 27 de junho de 1962, as faculdades enviassem seus estatutos reformulados ao Conselho Federal da Educação. A UNE procurou ver contemplada, nesses estatutos, sua proposta de um terço de participação dos estudantes nos órgãos colegiados das instituições superiores. Essa reivindicação gerou a grande ação (e frustração) da UNE no período: a greve do um terço, em 1962, que paralisou 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e três estaduais). Apesar do seu sucesso inicial, acabou fracassando e desgastando a entidade dos estudantes.

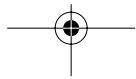
Derrota ainda maior – e não apenas para o movimento estudantil, mas para todas as forças progressistas – foi o golpe militar de 1964. Entre as ações violentas do novo regime, destaca-se o incêndio do Clube Germânia, sede da UNE, por grupos paramilitares. Logo a entidade seria declarada ilegal pelo regime militar, mas continuaria funcionando clandestinamente por muitos anos.

Entre os dilemas enfrentados pelo movimento estudantil nas discussões sobre a universidade, um deles coloca, frente a frente, ensino “modernizado” (voltado às novas tecnologias e especializações) e ensino “politizado” (que contemplasse as necessidades sociais). Desde os debates sobre a reforma universitária, no início dos anos 1960, seus defensores tentaram, nem sempre com sucesso, conciliar as duas concepções. No movimento estudantil que se reorganizava em 1965, essa tentativa de conciliar tecnicismo e missão social da universidade fica clara nas palavras do diretor do DCE da USP, Jorge Fagali Neto: “Nossa preocupação não é somente formar técnicos, cientistas ou artistas, mas que eles tenham uma formação integral, com uma função engajada, uma dimensão social, voltada para o progresso de sua pátria, de liberdade para os homens, de

⁵ Ambos os documentos citados encontram-se anexos em FÁVERO, 1994.

⁶ Apud SILVA, 1989, p. 146-147.

⁷ Apud POERNER, 1979, p. 191.





humanização para este mundo de todos os homens”.⁸

No entanto, as políticas universitárias desenvolvidas pelos governos militares pareciam caminhar em sentido inverso ao desejado pelos defensores da reforma universitária. O regime logo começou a esboçar a sua própria reforma, refletindo filosofias, valores e interesses, de cunho militar e tecnocrático, da cúpula empresarial-militar dirigente do Estado criado em 1964. Além da manutenção ou do extravio do controle para as mãos de dirigentes universitários ligados ao regime, expressavam-se, pela primeira vez, os interesses empresariais no campo educacional, com um conceito pragmático de educação, tida como instrumento de “desenvolvimento” e avaliada por critérios como rendimento e eficácia.⁹ O desencontro entre estudantes e Estado foi forte já no governo de Castelo Branco, quando, diante das arbitrariedades do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda,¹⁰ eles se reorganizaram em reação ao avanço do autoritarismo tecnocrático nas instituições de ensino superior.

Em 1968, o ministério foi ocupado por outro político avesso ao diálogo, Tarso Dutra. Ele fez distribuir uma circular, endereçada às universidades do País, em 30 de janeiro, exigindo a elaboração de “fichas ideológicas” de professores e funcionários.¹¹ Na verdade, em cada Estado, oficiais do Exército, seguindo doutrinas anticomunistas, supervisionados pela nascente comunidade de informações, cuidavam das políticas estaduais de educação.¹²

No tocante à política universitária, os governos militares nos anos 1960 celebrizaram-se pelos Acordos MEC-USAID, assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Agência Americana para o Desenvolvimento Interna-

cional). Embora elaborados em junho de 1965, apenas um ano e meio depois maiores informações sobre seu conteúdo foram obtidas pela Câmara dos Deputados. Ainda em 1965, Ana Diniz, secretária geral da UNE, dizia que o acordo significaria o “impedimento total de a universidade brasileira se voltar para a realidade de problemas específicos nacionais”, a fim de fazer dela mera formadora de técnicos da perspectiva de um País desenvolvido, com a criação de uma elite dirigente “comprometida com interesses e cultura norte-americanos”.¹³ Afirmava ainda que o acordo traria “um impedimento cada vez maior para a formação de uma autêntica cultura brasileira”.¹⁴ Diante de um novo convênio assinado entre o MEC e a USAID, de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, as discussões estudantis retomariam, em 1967, com ainda mais ênfase a crítica a esse projeto. No mês de março, a UNE tentou realizar um seminário em Niterói para organizar campanhas contra ele, mas as fronteiras do Rio de Janeiro foram fechadas para inviabilizar o encontro.¹⁵

Os acordos com a USAID haviam sido precedidos, no seu cunho neoliberal, pelo Relatório Atcon, de 1958. Um texto do responsável por esse relatório, o professor norte-americano Rudolph Atcon, seria publicado mais tarde pelo MEC, com o título “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”. Emilia Viotti redigiu uma crítica a Atcon, publicada no jornal da UEE de São Paulo, em 1968. Atcon defendia a concepção de universidade como uma empresa. A “autonomia” universitária, nesse sentido, significava a transformação da universidade em uma fundação sustentada pelo pagamento dos alunos e pelos acordos com empresas, com a supervisão do governo. Seguindo a retórica neoliberal, que então vinha se constituindo, Atcon considerava a administração pública inoperante, devendo estar sob um “Conselho de Curadores” o controle das verbas e o maior poder de decisão. Esse conselho seria uma espécie de corpo dos “patriarcas” da coletividade, ou seja, grandes capitalistas com

⁸ Apud REVISTA DCE USP LIVRE, 1965, p. 1.

⁹ FÁVERO, 1991.

¹⁰ Em novembro de 1964, a Lei Suplicy de Lacerda impunha a substituição da UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes e as uniões estaduais pelos diretórios estaduais, entidades francamente subordinadas ao Ministério da Educação (POERNER, 1979).

¹¹ PERRONE, 1988, p. 149.

¹² ALVES, 1993.

¹³ Apud REVISTA DCE USP LIVRE, 1965, p. 8.

¹⁴ Ibid., p. 8.

¹⁵ VIEIRA, 1998.



projeção “social”, não “política”. Segundo Viotti, o espírito de Atcon penetrara nos documentos do MEC, que pregavam a educação como um meio de produção para o desenvolvimento econômico, os professores como força de trabalho e os alunos como matéria-prima ou “recursos humanos” a se tornarem, quando formados, mercadorias lançadas no mercado.¹⁶

As missões educacionais que chegavam dos Estados Unidos para a realização dos projetos programados pelo acordo traziam pedagogos medíocres e sem conhecimento algum da realidade brasileira e, até mesmo, “espões internacionais, recém-chegados da Ásia, África”, segundo Poerner.¹⁷ O paradoxo da interferência da agência norte-americana nos assuntos educacionais brasileiros atingiria o auge em 26 de abril de 1967, quando o ministro da Educação, Tarso Dutra, diante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, declarou que ainda não tinha lido os acordos com a USAID: “Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico”.¹⁸ Dias depois, o ministro se penitenciou, dizendo que decidira manter o acordo definitivamente e que não se importava com a repercussão de seu ato no movimento estudantil.

Além do tema da reforma universitária e da denúncia dos acordos MEC-USAID, outra questão importante – a dos excedentes –, ainda mais imediata, mobilizou os estudantes na segunda metade dos anos 1960. Os excedentes eram os “estudantes aprovados com nota acima de 5,0 no concurso para a universidade e que ficavam fora dela por ausência de vaga (33,3% do total de estudantes aprovados, em 1962, para 58,3%, em 1968)”.¹⁹ Eles se transformariam num problema cada vez maior, no final daquela década. Entre 1964 e 1968, o número de vestibulandos cresceu 120%, ao passo que o de vagas aumentou apenas 56%. Não conseguiram vagas, em 1968, 125 mil candidatos aprovados.²⁰

¹⁶ VIOTTI, 1968.

¹⁷ POERNER, 1979, p. 23.

¹⁸ *Jornal do Brasil*, 30/jun./67, apud POERNER, 1979, p. 247.

¹⁹ MARTINS FILHO, 1998, p. 17.

²⁰ ALVES, 1993, p. 117-118.

No início daquele ano, os excedentes, considerados intelectualmente capacitados para o curso superior, mas sem vaga, engrossavam os protestos estudantis, que se dirigiam aos pátios do Ministério da Educação, às secretarias de Educação ou às faculdades para pedir mais vagas, sendo, muitas vezes, reprimidos pela polícia. Surgia, assim, uma questão capaz de mobilizar a classe média, defensora das possibilidades abertas para a “ascensão social”, portanto, facilmente sensibilizada com *slogans* do tipo: “Fomos aprovados; queremos estudar”.²¹ Os excedentes significaram mais um dos temas a permitir certa unidade ao movimento estudantil de 1968, mesmo onde os protestos foram menos radicais. Foi o caso de Alagoas, em que os excedentes do curso de medicina compareceram à aula inaugural, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 4 de março de 1968, com faixas e cartazes dizendo: “O Brasil é um hospital cheio de doentes sem médicos”; “A mocidade é o futuro do país, juventude ignorante é o país sem futuro”; “Condene-me se estudar for um crime”.²²

Esse problema só seria “resolvido” em 1970, quando o regime militar instituiu o vestibular unificado e classificatório. Deixava de haver formalmente a figura do “excedente”, o que não significava que todos os postulantes ao ensino superior, mesmo que capacitados, tivessem conseguido vagas.²³

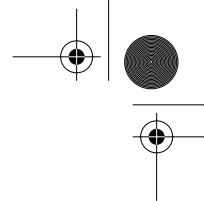
A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA EM 1968

A universidade continuaria sendo, em 1968, um tema muito importante para o movimento estudantil, mas ele próprio havia se transformado com alguma profundidade. Por um lado, criara-se entre os estudantes um ambiente de politização (de esquerda) ainda mais forte do que o do início daquela década. Por outro, as idéias de esquerda predominantes entre os militantes estudantis estavam menos atreladas às ideologias populistas e desenvolvimentistas de antes. É claro que tais ideários não haviam desaparecido, mas, junto ao nacionalismo, tinham se deslocado para

²¹ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 89.

²² Apud OLIVEIRA, 1998, p. 149.

²³ *Ibid.*



a defesa de propostas mais radicais de ação política. A luta armada, a guerrilha ou a intervenção violenta das massas deixara de ser algo secundário e retórico: tornara-se o assunto principal das esquerdas estudantis e prática de alguns grupos armados.²⁴

Para compreender a transformação da questão universitária em 1968, comparada com a do início daquela década, deve-se levar em conta essa nova dimensão da politização nas faculdades, ao menos entre os militantes dos “partidos” estudantis. Os documentos estudantis deixavam de considerar a educação como o principal instrumento de transformação social. A questão da universidade submetia-se às lutas populares contra o regime militar e o imperialismo norte-americano. Ainda assim, havia duas versões: a Ação Popular (AP) defendia a “luta de massas”, acreditando como inócuas as lutas específicas em torno de reivindicações estudantis, ao contrário da posição das Dissidências Estudantis Comunistas, que defendiam que cada categoria social deveria realizar sua própria luta rumo à revolução, a qual congregaria, enfim, todas elas. Mesmo assim, ambas as posições concebiam uma universidade nova e ideal: a ser construída depois da revolução, segundo a AP, ou durante a luta, aproveitando-se das brechas do sistema, de acordo com os dissidentes comunistas.²⁵

Acontecimentos no movimento estudantil em São Paulo e no Rio de Janeiro comprovam a importância da questão universitária em 1968. Tal debate, segundo diversos relatos, teria sido mais forte em São Paulo, mas um evento na capital carioca, em 20 de junho, ilustra muito bem a *práxis* estudantil sobre o tema. Naquele dia, havia sido programada uma manifestação, na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em prol de mais verbas para o ensino superior e reformas curriculares. Após enfrentar por várias vezes a resistência do MEC, o movimento carioca lutaria agora, segundo seu líder Vladimir Palmeira

(então presidente da União Metropolitana Estudantil da Guanabara), contra

uma grande resistência por parte dos professores e da estrutura envelhecida da universidade (...). Para forçar um debate com o Conselho Universitário, marcamos uma assembléia estudantil na reitoria, à mesma hora em que se daria uma reunião deles (...). Os estudantes iam entrar em choque com aquele que estava diretamente diante deles, na sala de aula, como opressor. Estariam pondo em risco o seu ano letivo.²⁶

De acordo com Palmeira, a estrutura universitária “era uma velharia com postos vitalícios (...). Ela não estava adaptada talvez nem ao século, quanto mais à década. Queríamos quebrar a dominação dos catedráticos e arejar a universidade”.²⁷ Primeiro, convidaram os professores a dialogar com os cerca de 1.500 alunos reunidos em assembléia, no Teatro de Arena. Depois de esperar em vão por muito tempo, os estudantes arrebentaram as portas e invadiram o conselho. Enquanto pressionavam os docentes para ir à assembléia, um destes sugeriu que os alunos enviassem “um ofício requerendo diálogo”, à secretaria da reitoria, para marcar uma data para o encontro – estudantes e professores representavam, cada qual, nesse drama os papéis de impetuosos e de formalistas, respectivamente. Para Palmeira, apesar de certo constrangimento exercido contra os professores do conselho, mas sem ameaça alguma de violência, a ação “representava a quebra de uma autoridade formal absolutamente opressiva”.²⁸ Docentes e alunos passaram horas debatendo os problemas, discutindo e aprovando um conjunto de resoluções que nunca se fizeram cumprir, como “o aumento da participação estudantil na gestão da universidade e uma reunião mensal do Conselho com os estudantes, representados pelos presidentes de diretório”.²⁹ Encerrada a assembléia, o local foi cercado pela polícia, que acabou cometendo uma série de brutalidades contra esses jovens.

²⁴ Cf. PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 113 e 115.

²⁷ Apud VENTURA, 1989, p. 62.

²⁸ Ibid., p. 62.

²⁹ Cf. PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 113-115.

²⁴ GROppo, 2005.

²⁵ Ibid.



Em São Paulo, ainda mais que no Rio de Janeiro, segundo José Dirceu, esse assunto ganhou maior importância. A Polop³⁰ havia trazido da França um debate sobre a Universidade Crítica.³¹ Muitos eventos foram realizados, especialmente na Faculdade de Filosofia da USP, ocupada pelos alunos, entre eles, a Semana de Análise da Política Educacional do Governo, organizada pela UEE/SP, de 3 a 10 de junho de 1968, com palestras e debates no auditório da Fundação Getúlio Vargas. Os palestrantes eram críticos da política educacional do governo, como Octavio Ianni e Emilia Viotti, e favoráveis, como Rui Leme.³² Na USP formaram-se comissões paritárias de alunos e professores para discutir e aprovar medidas de reestruturação de diversos cursos. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) também organizou comissões semelhantes. Segundo José Dirceu, o movimento estudantil paulista esboçou uma revolução que também poderia ser educacional e ter criado um outro modelo de universidade para o País.³³

Mas a preocupação com o tema não estava presente apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Documentos comprovam que ela chegou a outros diversos Estados. Em Curitiba, após a invasão da reitoria da Universidade Federal do Paraná, em 14 de maio de 1968, os estudantes publicaram o panfleto:

Alcançou repercussão nacional o espetacular movimento organizado pelos universitários paranaenses, quando tomaram de assalto a reitoria, órgão que representa o poder que quer a transformação do ensino em mercadoria comercial e as universidades em Sociedades Anônimas, que visam o lucro e a dominação. Foi a primeira vez que, neste estado, os estudantes deram PROVAS de sua grande capacidade de luta, pois organizados e lutando por uma causa *justa e comum*, deram um duro golpe na política educacional do governo, fazendo valer sua posição.³⁴

³⁰ Trata-se da Organização Revolucionária Marxista, de inspiração trotskista, que editava a revista *Política Operária* (o que faria o grupo se tornar conhecido como Polop).

³¹ DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

³² GRÊMIO INFORMA, maio/68.

³³ DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

³⁴ Informe da União Paranaense de Estudantes, maio/68, apud HAGEMEYER, 1998, p. 121.

Os “partidos” estudantis convergiam em seus diagnósticos sobre a situação da universidade e sobre a política educacional do regime. Quase sempre repetiam as críticas já indicadas sobre os acordos MEC-USAID: contra o elitismo, o tecnicismo, a privatização, o militarismo e a dependência às necessidades do capitalismo subdesenvolvido e do imperialismo. Outro documento estudantil paranaense, adepto da tese da “luta de massa”, caracteriza a universidade brasileira como um “conglomerado de escolas de caráter profissionalista, unidas (...) em uma universidade elitista, federativa, profissionalista (...), estancada, duplicativa, burocrática”.³⁵ E afirma que a ditadura elaborara um projeto, em acordo com a USAID, para adequar a universidade aos imperativos ideológicos e à estrutura profissional que ajudaria a manter o Brasil como uma sociedade capitalista subdesenvolvida.

Já o estudante Jean Marc, pertencente à AP, também representando a tese da “luta de massa”, retoma o dilema tecnocracia *versus* politização. Primeiro, parece reconhecer a necessidade de reformas nas estruturas arcaicas do ensino superior:

A universidade de hoje é ainda voltada para o ensino acadêmico, desligada do desenvolvimento da sociedade. Permanece até hoje a universidade bacharelesca criada no século passado, voltada quase que totalmente para o fornecimento de diplomas aos filhos dos grandes latifundiários, sem nenhum incentivo para a pesquisa e a técnica, fechada à toda modernização dos currículos.³⁶

Para ele, nem mesmo os interesses do imperialismo no Brasil eram atendidos por essa universidade arcaica, de modo que, por meio do acordo MEC-USAID, tentava-se fazer dela uma formadora de técnicos para as indústrias de bens de consumo que se instalavam nos países subdesenvolvidos.³⁷

A UEE de São Paulo, dominada pela Dissidência, apesar de representar a tese da “luta específica”, fazia um diagnóstico idêntico:

³⁵ PROGRAMA para o movimento estudantil, 1968, p. 4.

³⁶ MARC et al., 1968, p. 12.

³⁷ Ibid., p. 12.



Analisando a situação da Universidade brasileira deparamos dois pontos principais:

- a situação caótica da mesma: ausência de corpo docente, currículos ridículos, falta de condições e instalações materiais para o estudo e a pesquisa, além da falta de verbas e anuidades altíssimas;
- a alternativa proposta pelo governo: [que visa tornar as Universidades em fundações privadas, com ensino pago e com] currículo adaptado às necessidades das indústrias e do desenvolvimento econômico capitalista.³⁸

DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: LUTA DE MASSA VERSUS LUTA ESPECÍFICA

As esquerdas estudantis enfrentaram, em 1968, uma verdadeira “guerra” ideológica e política em torno do controle da UNE e do movimento estudantil. Após afastar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) da influência na UNE, a AP, as Dissidências Estudantis Comunistas e, com menor presença, a Polop e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR, outra dissidência do PCB) passaram a digladiar-se pelo poder na entidade. No final daquele ano, as Dissidências reaproximavam-se do PCB, o qual, se não houvesse ocorrido o desastre em Ibiúna, poderia ter voltado a ocupar cargos na diretoria da entidade.³⁹

A AP, na verdade, controlara a presidência da UNE praticamente durante toda aquela década. Tinha sido criada no início dos anos 1960, entre jovens cristãos progressistas, tornando-se logo um dos mais organizados movimentos populares do País. Mas o golpe de 1964 afastou-a de seus projetos iniciais e a encaminhou cada vez mais para o maoísmo – tanto que, por ordem do partido comunista chinês, ela se fundiria com o Partido Comunista do Brasil (PC do B, dissidência do PCB de orientação maoísta), em 1973.⁴⁰

Durante 1968, as disputas políticas e ideológicas se cristalizaram relativamente em duas posições principais, que representariam também as duas principais esquerdas estudantis, dois programas para a UNE e duas chapas para o 30.º

Congresso dessa entidade. As esquerdas minoritárias no movimento estudantil – como a Polop e o PCBR – assumiram uma postura relativamente fluida em torno dessas duas concepções, a luta de massas defendida pela AP e a luta específica proposta pelas Dissidências.⁴¹

A definição dessas duas posições no interior das esquerdas estudantis deu-se no mês de maio, no Conselho da UNE, em Salvador (quando se reuniram os seus diretores e os representantes dos DCEs). O programa da luta de massa – ou *primeira posição* –, defendido pelo presidente da UNE, Luís Travassos, da AP, foi recusado pela maioria, que aprovou a proposta da luta específica – ou *segunda posição*. As Dissidências, naquele momento, dominavam grande parte das UEEs, DCEs e Centros Acadêmicos (CAs) e, em conjunto com a Polop, conseguiram uma pequena maioria na diretoria da UNE. Também a forma de realização do 30.º Congresso criou fortes discussões: a AP queria fazer um evento aberto e para breve, aproveitando-se do bom momento vivido pelo movimento estudantil, com o intuito de fazer uma demonstração política contra a ditadura; as Dissidências, na versão vencedora, desejavam montar o congresso em várias etapas, com o objetivo de organizar o movimento estudantil e reforçar o papel institucional da UNE em relação às demais entidades.⁴² Mas a AP não aceitou tranquilamente sua derrota. Levou a público sua tese da luta de massas, convocou conselhos não reconhecidos pela maioria da diretoria da UNE e ameaçou realizar um congresso paralelo.⁴³

Como resultado das desavenças no Conselho de Salvador, a UNE publicou uma revista com textos expondo as duas posições. O primeiro (daí também o termo *primeira posição*), assinado pelo próprio presidente da UNE, Luís Travassos, e por dois vices, apresentava a luta de massas e criticava o encaminhamento para o 30.º Congresso, defendendo a “luta ofensiva” “contra a ditadura e o imperialismo”. Denunciava o chamado travamento de discussões sobre o 30.º Congresso, no

³⁸ JORNAL DA UEE, jun./68.

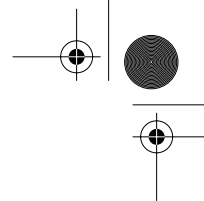
³⁹ DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

⁴⁰ GORENDER, 1998.

⁴¹ VALLE, 1997.

⁴² DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

⁴³ VALLE, 1997.



Conselho de Salvador, e as intenções de setores, “inclusive diretores da UNE, de tentar frear o movimento” e pregar a “volta às escolas”. Por fim defendia “as corretas manifestações de violência dos estudantes” na luta contra a ditadura, recusando-se a qualquer “diálogo” com o regime.⁴⁴

O segundo artigo defendia a luta específica, também chamada de *segunda posição*. Assinado por um diretor da UNE, Edson Soares, e com o título “O que são as divergências políticas na UNE”, criticava o fato de as divergências internas à diretoria terem sido levadas para fora da entidade, assim como as tentativas de se convocar conselhos e congresso paralelos. Membros da entidade estariam apelando ao “divisionismo”, ao não aceitar sua posição minoritária. Assim, apelava para os diretores dissidentes a retomar o “debate ao nível do político e dentro da entidade” e, finalmente, descrevia a posição aprovada pelo conselho, defendendo as lutas específicas.

A segunda posição defendia que, em tal situação, não aceitar nenhum canal de diálogo com o governo seria uma atitude “isolacionista”, uma demonstração da falta de confiança na própria capacidade de não ser “engabelado” pelas autoridades. Condenava também a afirmação de que o temário fundado nos problemas da universidade era “apolítico”, quando, na verdade, as lutas em razão das demandas específicas estudantis eram mesmo a “base de nossa atuação política”.⁴⁵ Referenciando a segunda posição, o jornal da UEE/SP diria: “Muitos estudantes só descobrem que é preciso mudar o sistema depois que lutam por suas reivindicações específicas. É na luta por estas reivindicações específicas (...) que compreendem a necessidade de mudança do sistema”.⁴⁶

José Dirceu explica que, desde 1966, os militantes da AP gestaram a idéia de fazer do movimento estudantil o principal meio de enfrentamento ao regime militar, para o qual criaram inclusive o Movimento Contra a Ditadura (MCD)

e com isso pareciam pretender transformar o movimento estudantil em partido político. Em parte estavam certos, porque na sociedade reinava uma expectativa enorme em relação ao movimento estudantil (...). O movimento estudantil representava para a sociedade a grande referência política contra a ditadura, e por isso a AP começou a sonhar em derrubá-la com o MCD, a partir da pressão das faculdades.⁴⁷

A AP sempre fora atraída para os grandes temas políticos do País, desde o seu período de socialismo cristão. A aproximação com o maoísmo a faria também destacar as lutas antiimperialistas, como se percebe claramente na carta política da UNE de 1967, muito influenciada pela posição ainda majoritária da AP. Além de insistir na criação do MCD, a AP procurava realizar eventos com temas internacionalistas, como Semana contra o FMI, Semana contra a Organização dos Estados Americanos (OEA) e Semana do Vietnã. Já na opinião dos defensores da segunda posição, esse “era um programa totalmente desvinculado das lutas específicas que estavam sendo desenvolvidas em diversos Estados”.⁴⁸

Como fora decidido pelo Conselho de Salvador, o Congresso da UNE seria precedido por uma ampla discussão, entre as entidades estudantis, em torno da primeira e segunda posições. A partir daí, seriam enviadas propostas e contribuições para a carta política a ser criada no 30.º Congresso. Entre os documentos estudantis produzidos no segundo semestre de 1968, que defendiam a primeira posição, repetem-se os vários argumentos usados desde o Conselho de Salvador. Entre eles, denúncias incisivas contra o imperialismo, duras críticas aos defensores da segunda posição, recusa do diálogo com a ditadura, defesa do enfrentamento ao regime militar e das manifestações e ações de massas, integração dos estudantes na luta popular e até a “guerra popular prolongada” (uma das teses maoístas absorvidas pela AP):

⁴⁴ REVISTA UNE, 1968, p. 9.

⁴⁵ Ibid., p. 9.

⁴⁶ JORNAL DA UEE, ago./68.

⁴⁷ DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 62.

⁴⁸ A UNE e o 30.º Congresso, 1968, p. 5.



Recuar das manifestações amplas de rua, frente às proibições da ditadura, substituindo-as pela ação de pequenos grupos de vanguarda, abdicar do 30.º Congresso da UNE em prol das reuniões diversificadas, argumentar que a repressão está muito forte, que o golpe vem aí, é cair na defensiva, é agir em função da vontade da ditadura, é paralisar nossas lutas. É supervalorizar politicamente as forças do inimigo e descreer das forças do povo.⁴⁹

Dialogar com a ditadura é não compreender o caráter da sua dominação e a irreconciliável oposição dos nossos interesses e os dela. É confiar na boa vontade de nossos inimigos e não na força de nossa luta para alcançar o que queremos. É na prática fazer o jogo da ditadura e fortalecê-la, criando ilusões no seio das forças populares. (...) [A luta do movimento estudantil e do povo brasileiro] está necessariamente ligada à luta de libertação de todos os povos contra o imperialismo.⁵⁰

O que se faz necessário é travar a luta concreta contra a ditadura em todos os terrenos, desmascará-la com as ações de massas e não lhe dar tréguas até a sua liquidação.⁵¹

Todas as lutas devem convergir para o fortalecimento do combate (...) à ditadura e [a]o imperialismo ianque (...). O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo. Pela integração do estudante na luta do povo.⁵²

A nossa luta tem três aspectos centrais: uma luta popular, prolongada, contra a ditadura forjada pelo imperialismo, pela construção de um governo de democracia para o povo.⁵³

Já à segunda posição, majoritária na UNE, interessavam as questões expostas no temário, proposto oficialmente pela diretoria, para o 30.º Congresso:

1. O que é a Universidade Brasileira?
- Por que devemos lutar? Quais as lutas?
- O que quer o governo? Como ele age?
- Por que negar a reforma universitária do governo? O que propor?

⁴⁹ ANTEPROJETO de carta política para UNE, 1968, p. 2.

⁵⁰ MARC, 1968, p. 15.

⁵¹ MONTEIRO, 1968.

⁵² ANTEPROJETO de carta política para UNE, 1968, p. 5-6.

⁵³ MARC, 1968, p. 5.

2. O que é a política educacional do governo? Como negá-la?

Por que o governo reprime os estudantes? Que fazer?

3. Quais as formas de luta? Como e quando usá-las?

4. Quais as formas de organização do ME? Que são as entidades estudantis?

O que tem sido a UNE?

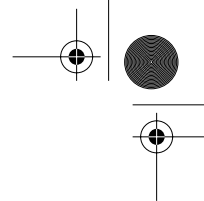
Como deve ser a nova organização da UNE?⁵⁴

Como demonstram Maria Ribeiro do Valle e João Roberto Martins Filho, ambas as posições estavam predispostas a apoiar o uso da violência na luta contra o regime militar.⁵⁵ No entanto, ocorreu-lhes um desenvolvimento paradoxal. A luta específica parecia menos conivente com a solução violenta, armada ou militarista e, num primeiro momento, colocava essa possibilidade mais para o futuro. Já a luta de massa parecia defender com mais radicalismo o emprego da violência “popular”, inclusive armada. Por exemplo, diante do assassinato, pela polícia carioca, do secundarista Edson Luís, durante um protesto, originando a mobilização estudantil de 1968, a UNE publicou um manifesto com as concepções da AP e do seu presidente Luís Travassos, conclamando a violência popular, após relacionar as lutas estudantis com as populares e antiimperialistas:

Povo brasileiro. Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações (...). O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a Exploração dos camponeses.

⁵⁴ “Nota Oficial da UNE sobre o XXX Congresso Nacional dos Estudantes”, em A UNE e o 30.º Congresso, 1968, p. 8.

⁵⁵ VALLE, 1997. Segundo MARTINS FILHO (1998, p. 18), em 1968 a esquerda estudantil cindiu-se: AP (defendendo “um movimento centrado nas passeatas de rua e denúncia constante da ditadura”) versus Dissidências do PCB e Polop (que acreditavam nas “lutas focadas nos problemas educacionais, mas ao mesmo tempo se preparavam para deslocar quadros para a ‘luta armada’”).



Respondamos à violência com violência (...) com a violência revolucionária do povo.⁵⁶

A posição da UNE de Luís Travassos quase contrasta com aquela defendida por Vladimir Palmeira:

As lideranças estudantis convenceram-se de que a derrubada do sistema militar que governa o Brasil deverá ser feita pelas classes populares. Nosso papel nesse esquema é mínimo, pois os estudantes não têm o peso social suficiente para um movimento de tal envergadura (...).

Ultrapassada a última fase de manifestações a palavra de ordem é retornar às escolas, promovendo assembleias para o debate político dos acontecimentos e para a estruturação das medidas necessárias ao atendimento das reivindicações específicas da classe estudantil.⁵⁷

Entretanto, no final de 1968, os defensores da luta específica passaram a pregar com vigor a luta armada imediata e, na verdade, muitos membros da Dissidência já partiam para a guerrilha, inclusive transformando-se em grupos armados (como a Dissidência de São Paulo e, mais tarde, a Dissidência da Guanabara, que se tornaria o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Enquanto isso, a AP continuava insistindo mais na necessidade de ações de rua demonstrativas, reunindo massas estudantis e operárias (apesar de, em geral, deixar claro que se tratava do primeiro passo rumo ao Exército Popular Revolucionário).

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO A LUTA DE MASSA E A LUTA ESPECÍFICA

Um dos documentos expressivos da posição majoritária no Conselho da Bahia, favorável à luta específica (ou segunda posição), via como um dado muito positivo a “contestação” ativa dos descaminhos da universidade:

É nossa tarefa criar inadequações entre aquilo que o regime capitalista exige de uma Universidade e aquilo que a Universidade é. Quanto mais avançar um movimento de contestação ativa, mais a Universidade estará criando na sociedade focos de contesta-

ção do regime que apressarão a mudança de toda a Universidade ao mudar a própria estrutura social.⁵⁸

Contra os argumentos de que a luta específica afastava os estudantes das questões verdadeiramente políticas, um texto do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP responderia: “Dizer que um temário centrado nos problemas da Universidade não é político é manifestar um desvio grave: é supor que a luta que os estudantes travam contra a Universidade arcaica e contra a Universidade empresarial que o MEC-USAID quer impor não é uma luta política”.⁵⁹

Por sua vez, os defensores da primeira posição desejavam o engajamento irrestrito do movimento estudantil nas ações de massas contra o regime militar. O “Programa para o movimento estudantil” afirma que a reforma universitária só seria possível se estivesse submetida à luta mais geral do povo brasileiro contra a ditadura, os imperialistas e latifundiários, após se instaurar o “governo popular revolucionário”.⁶⁰ Outro texto, de estudantes cariocas, repete os mesmos argumentos: seria impossível construir uma “nova universidade”, mantendo-se o regime; era útil discutir o tipo de universidade desejada, “de caráter progressista e popular, uma universidade democrática” e “uma cultura popular e antiimperialista”, mas esse não deveria ser o centro dos debates.⁶¹ Aqui percebe-se que as duas linhas, apesar de divergentes quanto às lutas reivindicatórias nas faculdades, aproximam-se de novo, quando pensam o modelo ideal da “nova universidade” e fazem diagnósticos praticamente idênticos sobre o ensino superior.

Contudo, em razão da própria idéia da importância da luta no interior da universidade, os defensores da segunda posição parecem ter ido mais longe na discussão sobre o modelo ideal da nova universidade – especialmente em São Paulo, com a introdução do debate sobre a universidade crítica: “A UEE de São Paulo, no momento, está

⁵⁸ A LUTA dos universitários dentro e fora da universidade, 1968, p. 17.

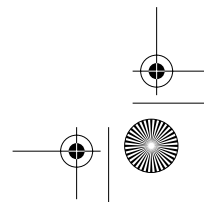
⁵⁹ SOARES, 1968, p. 11.

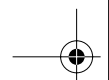
⁶⁰ PROGRAMA para o movimento estudantil, 1968, p. 4.

⁶¹ MONTEIRO, 1968.

⁵⁶ Manifesto da UNE, de 1.º/abr./68, apud VALLE, 1997, p. 48.

⁵⁷ Ibid., p. 49.





levando aos estudantes a proposta da Universidade Crítica, uma Universidade dirigida pelos alunos e professores em termos paritários. Uma Universidade que discuta e analise a validade do próprio sistema onde está inserida”.⁶²

Antes mesmo do debate sobre a Universidade Crítica, parte do movimento estudantil brasileiro caminhava nesse sentido. O texto aprovado no Conselho da Bahia, propondo a conciliação entre modernização técnica da universidade e politização, utiliza argumentos semelhantes às propostas da Universidade Crítica, sobretudo às do movimento estudantil alemão, como a concepção da ciência e da prática profissional a serviço das necessidades do povo e do país. Tal tendência tinha suas raízes nas tradições populistas e desenvolvimentistas das esquerdas estudantis:

Negamos a universidade arcaica e a universidade modernizada segundo os moldes do imperialismo. Negamos uma universidade que forma arquitetos para construir residências de luxo e não as milhares de casas populares de que se necessita, médicos para o asfalto quando milhões de brasileiros morrem de gripe ou diarreia no interior e nos subúrbios operários, sociólogos para domesticar os trabalhadores e não para planejar o desenvolvimento (...). Não podemos precisar os detalhes mas uma coisa é certa: a Universidade deve servir ao desenvolvimento das forças produtivas e às necessidades da maioria trabalhadora do nosso povo. Não só deve ser aberta a todos como ainda os elementos por ela formados devem poder ser úteis à coletividade.⁶³

Os artigos que defendem a primeira posição reproduzem o discurso que rejeita tanto a universidade arcaica quanto a tecnicista. Mas não consegue definir tão bem os princípios de uma nova universidade, limitando-se a apontar o desejo de construir, após a vitória da revolução, uma “universidade popular”.⁶⁴ Apesar disso, mesmo essa fração do movimento teve consciência de que os problemas da universidade estavam na ori-

gem da insatisfação da massa estudantil, a partir do que novas reivindicações e lutas foram esboçadas, num processo de mobilização política dos universitários.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou analisar as posições do movimento estudantil brasileiro nos anos 1960, sobretudo em 1968, quanto às transformações sofridas pelo ensino superior e a relação entre universidade e sociedade. E procurou examinar as concepções expressas pelos documentos produzidos pela imprensa estudantil, que trazem as opiniões dos líderes dessas organizações, em geral militantes da esquerda “radical” na época.

Os líderes estudantis eram informados, sobretudo, por ideologias políticas da esquerda “radical” que apontavam a revolução popular como única alternativa viável de ação e transformação social. Já no que se refere à questão universitária, essa radicalização foi motivo de alguns dilemas, paradoxos e limites entre as lideranças, seja o afastamento delas das necessidades mais específicas dos estudantes como sujeitos da educação (como na tese da “luta de massa”) seja na tentativa de instrumentalizar o movimento em prol dos grupos de luta armada (como fariam os adeptos da “luta específica”, diante do aumento da repressão do regime militar).

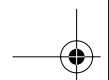
Por outro lado, no que a influência do “radicalismo” de esquerda foi mais positiva, não se quebrou a “tradição”, vinda desde os tempos do populismo (no início dos anos 1960), de pensar o ensino superior em sua conjunção com as reais e possíveis transformações sociais. O movimento estudantil revelou-se capaz de fugir do fatalismo expresso na dualidade tradição-modernização tecnicista da universidade, ou seja, da idéia de que a única alternativa ao elitismo tradicional era a subsunção plena da universidade às necessidades econômicas e tecnológicas do “sistema industrial”. A consciência da falácia desse dilema fica clara nos textos produzidos pela imprensa estudantil.

A mobilização de estudantes nos anos 1960 mostrou habilidade em pensar o processo pedagógico e as estruturas de ensino como elementos a serviço dos próprios agentes sociais, não apenas

⁶² VALE a pena mudar esta universidade, 1968.

⁶³ A LUTA dos universitários dentro e fora da universidade, 1968, p. 16-17.

⁶⁴ MARC et al., 1968, p. 12; e PROGRAMA para o movimento estudantil, 1968.



como técnicas de adaptação das novas gerações às transformações socioeconômicas. Procurou encarar a educação e sobretudo a universidade como meios de compreensão e transformação da realidade, até mesmo quando, no caso dos adeptos da “luta de massa”, projetou tal possibilidade para apenas “após a revolução popular”.

Nesse sentido, o movimento estudantil daquela década demonstra para nós, nos dias de hoje, a importância de uma perspectiva de educação muito mais do que um mero meio de adaptação dos educandos à realidade, podendo, assim, fazer frente aos fatalismos que se vêm operando nas discussões sobre as transformações da universidade.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M.H.T. de & WEIS, L. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, L.M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil – 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- ALVES, M.M. *68 Mudou o Mundo. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANTEPROJETO de carta política para UNE, 1968. [Mimeo.].
- A LUTA dos universitários dentro e fora da universidade. *Revista UNE*, n. 1, 1968.
- A UNE e o 30.º Congresso. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 1, 1968.
- DINIZ, A. “Análise e perspectivas do movimento universitário”. *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, p. 3-13.
- DIRCEU, J. & PALMEIRA, V. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- FÁVERO, M.L. *UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. *Da Universidade “Modernizada” à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- FORACCHI, M.M. “Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil”. In: FERNANDES, F. (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ Ed. da USP, s./d.
- GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. 10.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 5.ª ed., São Paulo: Ática, 1998.
- GRÊMIO informa. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, maio/68.
- GROPPO, L.A. *Movimentos Estudantis de 1968. Uma onda mundial de revoltas*. Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 2005. [no prelo].
- HAGEMEYER, R.R. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”. In: MARTINS FILHO, J.R. (org.). *1968 faz 30 Anos*. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/Ed. da Ufscar, 1998.
- JORNAL DA UEE. São Paulo, ago./68. [Mimeo.].
- _____. *Gestão Nova UEE*, São Paulo, jun./68. [Mimeo.].
- MARC, J. “O movimento estudantil e a luta popular”, 1968. [Mimeo.].
- MARC, J. et al. “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo”, 1968. [Mimeo.].
- MARTINS FILHO, J.R. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”. In: _____. (org.). *1968 faz 30 Anos*. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/Ed. da Ufscar, 1998.
- MONTEIRO, J.P. “Contribuição ao xxx Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”, 1968. [Mimeo.].
- OLIVEIRA, J.A.S. de. “O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões”. In: MARTINS FILHO, J.R. (org.). *1968 faz 30 Anos*. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/Ed. da Ufscar, 1998.
- PERRONE, F. *Relato de Guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- POERNER, A.J. *O Poder Jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- POLÍTICA educacional do governo. *Jornal da UEE*, São Paulo, União Estadual dos Estudantes de São Paulo/Gestão Nova UEE, jun./68.



- PROGRAMA para o movimento estudantil. Curitiba, out./68. [Mimeo].
- REIS FILHO, D.A. "1968, o curto ano de todos os desejos". In: GARCIA, M.A. & VIEIRA, M.A. (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- REVISTA DCE USP LIVRE. n. 1, São Paulo, 1965.
- REVISTA UNE. "Preparatória do xxx Congresso da UNE". n. 1, 1968.
- SOARES, E. "A UNE e o 30.º Congresso". n. 1, jul./68. [Mimeo].
- SILVA, J.I.A. *Estudantes e Política. Estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.
- VALE a pena mudar esta universidade. *Jornal da UEE/Gestão Nova UEE*, ago./68.
- VALLE, M.R. do. "O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968". 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- VENTURA, Z. 1968. *O Ano que não Terminou. A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- VIEIRA, M.L.M. "68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo". In: MARTINS FILHO, J.R. (org.). *1968 faz 30 Anos*. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/Ed. da Ufscar, 1998.
- VIOTTI, E. "Pensamentos de um Atcon". *Jornal da UEE*, jun./68

Dados do autor

Doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Programa de Mestrado em Educação Sociocomunitária e dos cursos de Turismo, Serviço Social e Pedagogia do Centro Salesiano de São Paulo (Unisal), unidade Americana.

Recebimento: 17/jan./05
Aprovado: 1.º/abr./05

